

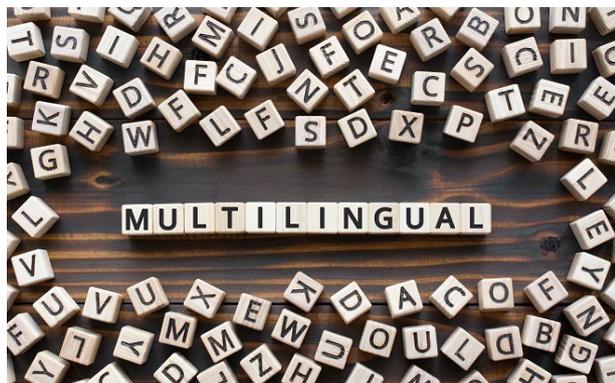
Investigação para a Comissão CULT

—

A abordagem da União Europeia em relação ao multilinguismo na sua própria política de comunicação

Este estudo avalia a abordagem da UE em matéria de multilinguismo na sua política de comunicação. É utilizada uma abordagem de métodos mistos, incluindo a análise da literatura, a análise jurídica e política, a análise quantitativa dos sítios Web da UE, as entrevistas com peritos da UE e a análise dos dados dos inquéritos.

Principais conclusões



As instituições, organismos e agências da UE cumprem formalmente as obrigações da UE em matéria de multilinguismo. Tal é facilitado pela flexibilidade nas obrigações regulamentares e pela ausência de um quadro abrangente que garanta normas comuns adequadas à era digital, especialmente em termos de sítios Web da UE.

O Regulamento n.º 1 é a pedra angular jurídica das obrigações da UE em matéria de multilinguismo. Estabelece as regras que determinam as línguas a utilizar pelas instituições, órgãos e agências da UE e proporciona flexibilidade para as entidades da UE decidirem quais as línguas que devem ser utilizadas em casos específicos, por exemplo, em documentos de trabalho ou em reuniões internas com peritos. A comunicação digital multilingue não é abordada até à data no Regulamento n.º 1 ou na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). Consequentemente, muitos conteúdos publicados em linha não são traduzidos porque são vistos como um subproduto da comunicação interna. Isto significa que os documentos publicados que podem afetar os cidadãos, as empresas e os Estados-Membros podem nem sempre estar disponíveis na sua língua.

O presente documento é o resumo do estudo sobre «A abordagem da União Europeia ao multilinguismo na sua própria política de comunicação». O estudo completo, que está disponível em inglês, pode ser baixado em: <https://bit.ly/3TpgJ8e>

Departamento Temático das Políticas Estruturais e de Coesão
Direção-Geral das Políticas Internas

Autores: Chefe de projeto: Dr. Carlos MENDEZ (Centro Europeu de Investigação em Políticas
(EPRC Delft e Glasgow, Universidade de Strathclyde)

Equipa do projeto: Dr. Michele Gazzola, Prof. Laure CLEMENT-WILZ, Dr. Vasiliki TRIGA, Dr. FERNANDO MENDEZ, Dr. Costas DJOUVAS, Antonis CHARAMBOULOS, Prof. John BACHTLER
PE 699.648 — setembro de 2022

Este estudo argumenta, com base no raciocínio jurídico, que as **obrigações em matéria de multilinguismo devem aplicar-se a tipos específicos de conteúdos de sítios Web**. Para o efeito, propõe-se uma tipologia multilingue para clarificar os tipos de conteúdos que devem ser priorizados para a tradução. Isto baseia-se numa classificação hierarquizada de: a) *Documentos essenciais* legalmente obrigados a estar disponíveis ou apresentados em todas as línguas da UE; B) *Documentos primários* que devem estar disponíveis em todas as línguas oficiais da UE devido ao seu conteúdo substantivo e ao seu potencial impacto nos direitos e obrigações dos cidadãos, das empresas e das autoridades públicas, por exemplo, orientações em matéria de auxílios estatais, programas de financiamento da UE ou concursos públicos; e c) documentos secundários que constituem uma prioridade de ordem inferior para as necessidades multilingues e a acessibilidade, e em que a tradução automática pode ser utilizada se os recursos não estiverem disponíveis para tradução humana.

O estudo revela variações significativas na disponibilidade de conteúdos multilingues que devem estar disponíveis em todas as línguas oficiais. Este é o resultado de uma avaliação das pontuações multilingues com base na aplicação da tipologia das necessidades multilingues aos sítios Web das instituições da UE. Os sítios Web da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu não têm um bom desempenho na publicação de secções com conteúdos «principalmente essenciais» e «principalmente primários» que devem estar disponíveis em todas as línguas da UE. Em contrapartida, o desempenho dos sítios Web do Conselho Europeu/Conselho da União Europeia, do TJUE e do Tribunal de Contas Europeu é muito bom. O Parlamento Europeu também tem uma pontuação relativamente elevada.

Outra conclusão importante é **que os regimes linguísticos das instituições, órgãos e agências da UE não são suficientemente transparentes e formalizados**. Por vezes, os regimes não são especificados ou são muitas vezes pouco claros. Do mesmo modo, a maioria das instituições e organismos da UE publicou uma política linguística no sítio Web, mas a maioria das agências não o fez. Esta situação é incompatível com as recomendações do Provedor de Justiça Europeu que apelam a que a política relativa à utilização das línguas oficiais da UE seja claramente definida e publicada.

O vasto leque de regimes linguísticos, práticas e políticas linguísticas dos sítios Web não é sistematicamente monitorizado e revisto pela UE. Tal é prejudicial para a transparência e a responsabilização, bem como para uma abordagem mais formalizada da comunicação multilingue com normas comuns.

A variabilidade do fornecimento de conteúdos multilingues nos sítios Web da UE e no seu interior implica que este canal de comunicação nem sempre corresponde às necessidades de todos os públicos-alvo. A análise dos 13 sítios Web da UE com mais conteúdos multilingues revelou que alguns tiveram um bom desempenho em termos de um índice multilinguístico que tem em conta as diferentes secções de conteúdo de um sítio Web, enquanto outros tiveram um desempenho mais fraco. As classificações multilingues mais elevadas foram para seis sítios com pontuações muito superiores à média dos 13 sítios Web (Tribunal de Justiça da União Europeia, Conselho da União Europeia/Conselho Europeu (sítio Web partilhado), Tribunal de Contas Europeu, Parlamento Europeu, Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho e Provedor de Justiça Europeu). Um segundo grupo de sítios Web tem um desempenho intermédio e inclui a Comissão Europeia (o mais próximo da média dos sítios Web da UE) e a Agência Europeia dos Produtos Químicos e o Comité das Regiões Europeu (ambos com pontuações mais baixas). O último agregado engloba quatro sítios Web com fraco desempenho e pouca disponibilidade de conteúdos multilingues (Banco Central Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia). Além disso, a maioria dos sítios Web das agências da UE

(que foram avaliados em complemento do que precede de forma qualitativa) não publicam conteúdos em todas as línguas oficiais e são efetivamente monolíngues em inglês.

Um índice multilingue alternativo que apenas analisa o volume total de páginas Web, sem ter em conta as diferenças entre as categorias de conteúdos, aumenta marginalmente o desempenho de dois dos sítios Web (o Parlamento Europeu e a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia), mas reduz o desempenho da maioria dos sítios Web, muito dramaticamente em alguns casos, como o Provedor de Justiça Europeu.

Nos casos em que só é utilizado o inglês, a acessibilidade aos conteúdos publicados na UE é baixa. A análise do inquérito do Eurostat sobre a educação de adultos (2016) mostra que cerca de um terço dos residentes na UE com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos falam apenas a(s) sua(s) língua(s) nativa(s). Não existe uma língua comum na UE falada a um nível muito bom (ou seja, como falante nativo ou como língua estrangeira a um nível proficiente) pela maioria da população. Cerca de 20 % dos residentes adultos na UE são capazes de comunicar a um nível muito bom em alemão, seguidos de francês (cerca de 16 %), italiano (14 %) e inglês (13 %). Se um documento for publicado apenas em inglês, uma percentagem de 13-45 % da população adulta da UE é capaz de o compreender (o intervalo de variação depende do indicador utilizado para medir a proficiência linguística). Esta percentagem aumenta para 43-65 % numa política de comunicação trilingue (utilizando inglês, francês e alemão). Uma política de comunicação totalmente multilingue garante a acessibilidade aos conteúdos por parte de 97-99 % dos residentes adultos na UE.

A falta de atenção à importância do multilinguismo na política de comunicação pode potencialmente alimentar a perceção de que a UE está distante e desconectada dos cidadãos, dada a atual distribuição de competências linguísticas na população. Os regimes linguísticos da UE são o resultado de um ato de equilíbrio entre vários interesses, incluindo restrições significativas em termos de recursos. Isto representa um desafio político e operacional para as instituições da UE. Embora não esteja livre de recursos, um regime multilingue é a política de comunicação mais eficaz e acessível, tendo em conta a atual distribuição de competências linguísticas dos residentes na UE.

Recomendações

Com base nos achados deste estudo, propõem-se as seguintes recomendações.

- **Recomendação 1: Desenvolver um quadro e normas comuns e transparentes para a comunicação multilingue, incluindo na esfera digital.** Se não houver vontade política de reforma do Regulamento n.º 1, o Parlamento Europeu poderia promover o estabelecimento de um quadro e normas comuns formais através de um acordo interinstitucional. A comunicação da UE através da Internet deve estar sujeita a obrigações de multilinguismo não só no que se refere ao conteúdo definido neste estudo como «núcleo», mas também aos conteúdos «primários».
- **Recomendação 2: Institucionalizar o acompanhamento regular da conformidade jurídica, da transparência administrativa e da utilização dos recursos, a fim de assegurar a comunicação multilingue através de um relatório periódico.**
- **Recomendação 3: Estabelecer um Oficial do Multilinguismo para rever práticas, regimes linguísticos e políticas linguísticas de sítios Web.** O agente deverá ser responsável pelo relatório de acompanhamento periódico e ser responsável perante o Parlamento Europeu.

- **Recomendação 4: Promover a utilização das línguas oficiais na comunicação digital, a fim de melhorar a acessibilidade e a proximidade dos cidadãos.**
- **Recomendação 5: Aumentar as dotações orçamentais da UE para o multilinguismo.** Tal contribuirá para combater os cortes nos serviços de tradução e interpretação observados nos últimos anos.

Mais informações

O presente resumo está disponível nas seguintes línguas: Inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. O estudo, que está disponível em inglês, e os resumos podem ser baixados em:

<https://bit.ly/3TpqJ8e>

Mais informações sobre a investigação do Departamento Temático para a Comissão CULT:

<https://research4committees.blog/cult/>



Isenção de responsabilidade e direitos de autor. As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu. São autorizadas a reprodução e tradução para fins não comerciais, mediante indicação da fonte e notificação prévia do Parlamento Europeu e envio de uma cópia. © União Europeia, 2022.

© Imagem na página 1 usada sob a licença da Adobe Stock

Administrador da investigação: Pierre HERIARD, Balazs MELLAR, Kristiina MILT Assistente Editorial: Anna Dembek

Contacto: Poldep-cohesion@ep.europa.eu

O presente documento está disponível na Internet no seguinte endereço: www.europarl.europa.eu/supporting-analyses